

ÍNDICE

Razão da Ordem.....	15
Prefácio.....	19
Capítulo 1 - Da Responsabilidade Internacional do Estado	21
1. Generalidades	23
2. Antecedentes do Instituto	24
3. Elementos constitutivos da Responsabilidade Internacional	25
4. Circunstâncias que excluem a ilicitude	28
5. Imputabilidade: Responsabilidade do Estado pelos seus órgãos	33
5.1 Órgão executivo e administrativo.....	34
5.2 Órgão judicial	35
5.3 Órgão legislativo.....	36
5.4 Responsabilidade do Estado por actos praticados pelos seus particulares	37
5.4.1 Violência dos “Movimentos”	39
5.4.2 Responsabilidade por danos causados durante uma guerra civil	40
5.4.3 Responsabilidade por actos terroristas	43
6. Natureza e alcance da reparação do Estado pelos seus actos ilícitos	44
7. Reclamação dos Estados pela violação dos Direitos dos seus nacionais	48
8. Trabalho da Comissão de Direito Internacional da ONU	49
9. Direito Internacional Penal.....	50
10. Debate sobre a criação do Tribunal Penal Internacional.....	54

Capítulo 2 - Direito Internacional do Ambiente	59
1. Ponto de Ordem	61
2. Conceptualização do Direito Internacional do Ambiente	61
3. Antecedentes.....	62
4. A Conferência de Estocolmo.....	63
5. A Conferência do Rio.....	66
5.1 A Declaração do Rio.....	67
5.2 Resultados da Conferência do Rio	69
5.3 O conceito de “Desenvolvimento sustentável”	70
6. Os princípios fundamentais do Direito Internacional do Meio Ambiente.....	71
7. A atmosfera e os seus problemas internacionais	74
7.1 A chuva ácida	75
7.2 A protecção da camada do ozono	76
7.3 O efeito estufa e as alterações climáticas	80
7.3.1 Convenção das Nações Unidas sobre as alterações climáticas.....	83
8. O Protocolo de Kyoto de 1997	85
9. Cimeira da Terra de 2002.....	86
10. O Direito Internacional na era nuclear.....	91
10.1 Regulamentação das armas nucleares. Antecedentes	92
10.2 O Tratado de Não Proliferação (TNP)	95
10.3 Zonas livres de armas nucleares	96

10.4 As armas nucleares e a sua relação com o Direito Ambiental	97
11. A contaminação e o Direito Internacional	98
11.1 A contaminação no meio marinho	98
11.2 A convenção MARPOL 73/78	100
11.3 A Convenção de Londres sobre descargas de 1972 e o protocolo de 1996	102
11.4 A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982	103
11.5 Contaminação por detritos perigosos	104
Capítulo 3 - Dos actos de terrorismo	109
1. Generalidades	111
2. Juridicidade e Terrorismo	111
3. O terrorismo em tempo de guerra	114
4. O terrorismo em tempo de paz	117
4.1 Do conceito de segurança e perigo	117
4.2 Práticas terroristas e normas específicas	118
4.2.1 Delitos contra a segurança da aviação civil internacional	118
4.2.2 Preservação e punição de delitos contra pessoas protegidas internacionalmente	120
4.2.3 Convenção sobre a feitura de reféns	122
4.2.4 Actos terroristas preparados num território e efectivados em Estado terceiro	124
5. Sistemas Jurídicos regionais contra o terrorismo	127
5.1 Convenção Europeia para a repressão do terrorismo de 1977	128

5.2 Conferência sobre a defesa da democracia contra o terrorismo	129
5.3 Marco Interamericano	130
6. Sistemas Jurídicos internacionais contra o terrorismo.....	131
7. Terrorismo de Estado na Organização das Nações Unidas	134
7.1 Genocídio.....	135
7.2 “Apartheid”	141
8. O novo contexto do terrorismo internacional.....	142
8.1 Resolução 1373/2001 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas	142
8.2 Convenção Internacional para a supressão do financiamento do terrorismo de 1999.....	144
9. Respostas do Direito ao terrorismo internacional de hoje.....	145
9.1 Antecedentes.....	145
9.2 O novo terrorismo	147
9.3 O Direito e os seus princípios face a este novo desafio.....	149
9.4 Respostas do Direito face ao financiamento do terrorismo internacional. Instrumentos internacionais vigentes aplicáveis no âmbito regional.....	150
9.5 Respostas do Direito face ao financiamento do terrorismo internacional. Instrumentos internacionais vigentes aplicáveis no âmbito internacional.....	151
9.6 A 70ª Conferência da “International Law Association” (Nova Delhi)	152
10. O Antiterrorismo	153

Capítulo 4 - O Processo de Integração Europeia	
e os Parlamentos Nacionais	161
1. Generalidades.....	163
2. Introdução à problemática	165
3. Integração comunitária e “Dépossession Parlementaire”	167
4. O reflexo da integração europeia na actividade parlamentar:	
limitação de competências	170
5. O papel actual do Parlamento Europeu.....	174
6. Os Parlamentos Nacionais	180
6.1 O Papel do COSAC (Conferência dos Órgãos Especializados	
em Assuntos Comunitários)	181
7. A divisão de poderes no quadro comunitário	182
8. O equilíbrio institucional e a legitimidade democrática.....	184
9. Propostas de intervenção parlamentar nacional nas decisões	
comunitárias: experiências europeias e a sua avaliação	184
10. Propostas legislativas da intervenção da Assembleia da República	
nos assuntos comunitários.....	189
11. O “défice de democracia da Europa”	195
12. A construção Europeia e a Soberania Estadual.....	199
13. Tentativas abstractas de solução	214
Bibliografia	217